

**LABIRINTOS DA IDENTIDADE:
DE COMO UM FIDALGO CASTELHANO-MANCHEGO
FOI CHAMADO A SALVAR A PÁTRIA PORTUGUESA.
(Da Literatura Comparada ao fado lusíada)**

Fernanda Abreu

Alonso Quijano, fidalgo manchego, nasceu num lugar de cujo nome não quis o seu autor lembrar-se.

Convém, porém, que se diga que o famoso fidalgo nasceu, viveu, amou e aventurou por terras de Castela. Sabe-se que foi, antes de mais, leitor empedernido de livros de cavalarias e que, ao longo dessas leituras, se apoderou do modelo do cavaleiro andante e se pôs a imitar os que melhor conhecia. Duvidou entre Amadis e Palmeirim, mas no fim decidiu-se pelo primeiro sem, no entanto, deixar de seguir também o outro – e outros, como o Furioso Orlando do italiano Ariosto ou o Blanc Tirant do valenciano Joan de Martorell.

Assim, por vontade própria se fez cavaleiro andante e, por vontade própria, se chamou Dom Quixote.

Nesta paixão apropriadora, mal sabia o fidalgo manchego de que modo – tantos e vários – seria ele, passando o tempo, convertido num dos mais fascinantes objectos de apropriação para outros leitores, em muito a ele semelhantes.

É um certo modo de apropriação da figura de Dom Quixote o que nesta comunicação pretendo destacar tratando de enfocá-lo nas propostas destes Encontros.

O problema da nossa IDENTIDADE, a nossa, quero dizer, de Portugal enquanto nação e dos portugueses enquanto povo – o que o Prof. Sottomayor Cardia, na tipologia da identidade que ontem aqui traçou, chama de identidade nacional – constitui uma das mais marcantes preocupações da literatura (romance, poesia, teatro) e do pensamento português contemporâneo. O que não deixa de ser singular num país com quase nove séculos de existência. Há mesmo quem veja nessa preocupação, uma característica da cultura portuguesa do nosso tempo. Curiosamente, os nossos vizinhos castelhanos, por exemplo, com uma nacionalidade cuja consolidação política é posterior à nossa não dão hoje mostras dessa espécie de angústia (ou obsessão) da identidade que, como disse, parece oferecer-se como suporte de uma parte importante da nossa produção literária e ensaística.

Os nomes são muitos, quase todos os maiores deste século e prescindindo de fazer o inventário. Lembro apenas, entre outros, Teixeira de Pascoaes, Fernando Pessoa, Miguel Torga, Jorge de Sena, Natália Correia, Alexandre O'Neill. E, sem dar mais voltas, porque o tempo é curto, e é bom que o seja, pergunto-me já:

– Que inseguranças, complexos, conflitos ou solidões (que ressentimentos de um ocidental, como diria um poeta) movem essa obsessão?

– Que tradição, ou tradições, guiam, estimulam e alimentam este desassossego da identidade à beira-mar plantado?

Eduardo Lourenço, que, antes, não nomeei, porque agora o havia de trazer à ribalta como, afinal, o trazia já no título desta minha conversa, tem-nos dado, insistentemente, algumas das mais recentes e divulgadas reflexões sobre a matéria, analisando os modos como a literatura portuguesa tem representado e "fixado", uma e outra vez, essa "nossa imagem perante nós mesmos e no espelho do mundo". Eufórica ou disforicamente.

Em "Da Literatura como interpretação de Portugal (De Garrett a Pessoa)" (1975)¹ "insinua" Eduardo Lourenço que esta "preocupação obsessiva de descobrir *quem somos e o que somos como portugueses*" nos vem dos românticos. E neste sentido afirma que:

"Nenhum itinerário romântico é, entre nós, mais interessante a esse respeito, que o de Garrett. Ele é o primeiro de uma longa e ainda não acabada linhagem de ulisses intelectual em busca de uma pátria que

¹ in *O Labirinto da Saudade*, 1978, pp: 82-84.

Labirintos da Identidade

todos temos sem poder ajustar nela o sonho plausível que nos pede e a realidade amarga que nos decepciona."

Falando de "itinerários", confesso agora que o meu não foi de E. Lourenço a A. Garrett mas sim de Garrett e, em geral, dos românticos a E. Lourenço. E que se, aqui, recorri à sua voz foi porque ela me proporcionava a "voz da autoridade" a que nestas lides académicas sempre fica bem recorrer e porque, ao mesmo tempo, ela me mostrava o testemunho de mais um desassossego, mesmo se aparentemente escondido em máscara de analista. Claro que nisto de máscaras e de desassossegos o meu ouvinte ou leitor "previsto", como diria Camilo, tem também todo o direito a julgar da ironia com que pareço falar de tudo isto...

Um bom e fértil terreno para reflectir sobre a Identidade, a Tradição e a Memória interrelacionadas no nome destes Encontros é, sem dúvida, o da Literatura Comparada², campo onde por necessidade (e gosto) e não por acaso tenho desenvolvido nos últimos anos parte do meu trabalho de investigação. Dele resultou o estudo sobre *Cervantes no Romantismo Português*, não totalmente mas em parte integrável no campo da Literatura Comparada Portuguesa e Espanhola.

Atando os fios, sobriria dizer, mas vale a pena recordar algo que todos sabemos, e mais ou menos sentimos, mas que às vezes escamoteamos, isto é, que a construção da identidade de Portugal como nação se tem travado ao longo da história – se trava ainda hoje – no confronto e na relação com as demais nacionalidades hispânicas (ou ibéricas), em particular, e de forma muito aguda com a castelhana.

Quanto à importância da Literatura Comparada Portuguesa e Espanhola para o conhecimento da identidade portuguesa, empenhadamente recorro, porque neles me apoio e busco estímulo, os trabalhos pioneiros e corajosos de Fidelino de Figueiredo, de Jorge de Sena, de Maria de Lurdes Belchior, de Maria Idalina Resina Rodrigues e, até, mais recentemente do próprio E. Lourenço, um "afrancesado", diz-se. Não esquecendo, no campo da História da Língua, o nome de Luís Filipe Lindley Cintra. Ou de António José Saraiva, no da História da Cultura. Igualmente sem esquecer, no campo da criação literária, as elaborações de Pascoaes ou de Torga e de Natália Correia.

² V., entre outros, os trabalhos de Claudio GUILLÉN.

Entre o medo da história e a irresistível necessidade do mito

Escolhi, pois, dois "heróis" – um castelhano, outro português – para esta reflexão sobre a nossa identidade ou sobre os gestos labirínticos a que a necessidade da sua perservação nos pode conduzir. Veremos como essa construção – ou sobrevivência – da nossa identidade não recusou, não recusa mesmo em tempos do nosso tempo, a apropriação de heróis nascidos em terras do vizinho ameaçador.

Os dados e as reflexões que, agora, apresento foram recolhidos e elaborados no contexto desse estudo já referido, mais amplo, que tem como objecto a recepção de Cervantes, e em particular do *Dom Quixote*, no Romantismo Português.³

Cabe já adiantar, resumindo as conclusões a que nele cheguei, que o romantismo português, e em geral a literatura portuguesa do século XIX, leu e reescreveu o Dom Quixote com práticas e interpretações críticas e ficcionais semelhantes às que, então, encontramos noutras literaturas europeias.

A moda, a da recuperação e mitificação de Dom Quixote, e também da sua imaginária Dulcineia, é bom não esquecer, era europeia. Alemã, francesa, inglesa, russa e até polaca... E não só literária mas também musical. Mas os portugueses tinham razões particulares para a fazer sua e imprimir-lhe um cunho nacional. É que através dela recuperavam, ao mesmo tempo, uma das mais ricas tradições literárias portuguesas – a da literatura cavaleiresca. Uma recuperação que, em tempos de romantismos militantes, os podia ajudar a por em prática um programa não só estético-literário mas também, e quem sabe se sobretudo, nacional, nos campos político, moral e ideológico.

O livro de Cervantes e o comportamento do seu herói funcionavam como modelo literário, e exemplo cívico, de um certo "espírito cavaleiresco", agora chamado a desempenhar missões de justiça social para as quais não pareciam os novos tempos ter logrado criar as respostas necessárias.

O certo é que vamos encontrar uma forte aproximação, que muitas vezes é autêntica identificação, entre os escritores portugueses e Dom Quixote Cervantes. Almeida Garret, Camilo Castelo Branco, Gomes Leal, Teixeira de Pascoaes e até José Gomes Ferreira são apenas

³ Maria Fernanda de Abreu, *Cervantes no Romantismo Português. Cavaleiros andantes, manuscritos encontrados e gargalhadas moralíssimas*. Prólogo de Claudio Guillén. Lisboa, Ed. Estampa, 1994.

alguns nomes da lista... Quem sabe se essa identificação não terá que ver, em termos de uma certa "psicologia nacional", com essa realidade para que aponta Eduardo Lourenço, quando diz que "dos dois países, outrora rivais, o mais quixotesco não é aquele que é o berço do Herói, mas o nosso"⁴? Afinal, já um pouco antes, ao reflectir sobre a "identidade e imagem" de Portugal, e já não sobre a questão "Espanha e Nós", tinha ele escrito que "Poucos povos serão como o nosso tão intimamente quixotescos, quer dizer, tão indistintamente Quixote e Sancho".

Mas os escritores portugueses não se vão limitar a assimilar-se a Dom Quixote ou ao seu autor. Vão também fundir a figura de Dom Quixote com a de Dom Sebastião e chamá-lo a salvar a pátria portuguesa.⁵ Apesar dos velhos ressentimentos ... ou dos medos que talvez lhes reprimissem os impulsos de aproximação.

Apropriação e messianismo

Assim, no quadro da Literatura Comparada, o objectivo consiste em reflectir sobre a recepção de uma obra – neste caso, o *Dom Quixote* – e a sua apropriação numa série de textos produzidos por escritores portugueses. Como? Por quê? E para quê?

Considerando, de acordo com quadros teóricos canónicos, que se trata de um processo de "**recepção produtiva**" e da apropriação de um texto de uma literatura por outra literatura, e de um tempo noutro tempo, metodologicamente impõe-se:

1) dar conta dos textos que, sucessivamente, constroem essa recepção, assinalando os elementos – temáticos e lexicais – em que se desenvolve essa construção;

2) perceber os condicionamentos históricos – políticos, sociais, culturais, estético-literários, ideológicos e, em geral, de "visão do mundo" – talvez algo que se pudesse chamar o "horizonte de expectativa" – que determinam e orientam a dita apropriação e as características que esta vai assumir.

⁴ "A Espanha e Nós". *Nós e a Europa ou as duas Razões*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988: 84.

⁵ "Com esta clara apropriação político-messiânica do cavaleiro andante cervantino, e na identificação das duas figuras, se constitui, ao mesmo tempo, o fenómeno único e especificamente português da recepção do Dom Quixote nos Romantismos Europeus" (Maria Fernanda de Abreu, 1994: 327-328).

O *corpus* de textos através dos quais me foi possível observar o que chamo de "sebastianização" de Dom Quixote remonta a Pinheiro Chagas. Aqui retomo o *corpus* que indiquei no estudo que venho referindo, só assinalando os que ali desenvolvi (os caso de Pinheiro Chagas e Carlos Selvagem), desenvolvendo um pouco mais os que ali aparecem de forma embrionária (o caso de Guerra Junqueiro). Retomo-os aqui para enfocá-los na perspectiva do tema dos encontros, repetindo apenas alguns elementos que permitam, ao meu ouvinte, seguir a análise, e a mim articulá-la.

1. Pinheiro Chagas

Deparamos com a "sebastianização" de Dom Quixote no extenso Prefácio que o escritor preparou para a apresentação ao leitor português da tradução do *Dom Quixote* com que a Companhia Litteraria do Porto decidiu inaugurar as suas actividades, "com o benemérito objectivo de lançar no mercado português e brasileiro obras primas da literatura nacional e estrangeira." Considerava-se uma "Edição Monumental", reproduzia as ilustrações de Gustave Doré, gravadas por Pisan, e passou a ser conhecida correntemente como a tradução dos Viscondes de Castilho e de Azevedo. Publicou-se a Primeira Parte em 1876 e a segunda Parte dois anos depois.

No longo e elaborado Prefácio de Pinheiro Chagas – que, até novos documentos, considero o mais importante texto crítico sobre Cervantes e o *Dom Quixote* produzido no século XIX em Portugal – precisamente a meio do texto, deparamos com a seguinte apóstrofe:

"[...] pobre Cervantes, pobre D. Quichote [...] ;Doudo, mil vezes doudo, tu, que acreditas na honradez, na castidade, na fé cavalheiresca; tu, que supões que basta haver-se combatido em Lepanto para se ter direito à gratidão da pátria; tu, que imaginas que os principes da Europa pensam um momento só nos seus súbditos cativos, na sua fé ultrajada, e vão combater platonicamente pela ideia santa, pela cruz, pela fraternidade cristã! ;És doudo, sim, doudo, monomaniaco, perigoso, e, se fosses rei, perdias um reino como El-Rei Dom Sebastião perdeu Portugal [...]" (XVII)

E algumas páginas mais tarde:

";Ah! quando Cervantes se ria de D. Quichote [...] ;não se ria amargamente de si próprio, não se ria amargamente das ilusões do seu

Labirintos da Identidade

cavalheiresco e simpático chefe? [...] ¿não se ria sarcasticamente de si, de D. João de Austria, de D. Sebastião de Portugal, que ingenuamente combatiam pela cruz, pela glória, pela redenção dos oprimidos [...], sem se lembrarem todos eles, loucos sublimes, mas loucos incorrigíveis, que Filipe II espiava com um sorriso frio as suas loucuras cavalheirescas, e que o resultado final de todos esses sonhos eram para D. Quixote as pauladas, para Cervantes a miséria, para D. João de Austria a obscuridade, para D. Sebastião a perda do diadema e da existência? (XX)

Não é necessário, creio, continuar a ler para perceber nestas palavras, por um lado a presença dos mitemas cavaleirescos e, por outro, uma perspectiva de profundo empenhamento político tanto na leitura do texto cervantino como na identificação de ambas as figuras. Neste sentido, vale a pena recordar que, só três anos depois, também Oliveira Martins vai propor uma interpretação do *Dom Quixote* aparentemente oposta, num enfoque que poderia dizer-se já pós-romântico. Na sua *História da Civilização Ibérica* (1879), escreve que com o seu livro Cervantes pretende "admoestar" e que "a admoestação" de Cervantes não é entendida: "A Espanha vê no tipo do Quixote a condenação dos antigos cavaleiros e aplaude essa sátira que, a não ter outro alcance, seria apenas um brinquedo erudito [...] o que ele acusa é a teimosia louca num heroísmo já sem significação nem alcance [...] Não são os *Amadis* que lhe provocam o desdenhoso sorrir e a ironia pungente; no fundo dessa ficção literária está a verdade social e contemporânea".⁶

Considerando o texto cervantino como uma "acusação" da "teimosia louca num heroísmo já sem significado nem alcance" e, portanto, separando claramente Cervantes da figura por este criada, também ele reconhece, cito e sublinho, que "no fundo dessa ficção literária está a verdade social e contemporânea" (in *História da Civilização Ibérica*, 1879).

Volto, pois, ao texto de Pinheiro Chagas que, vale a pena recordar, foi, além de crítico e historiador da literatura, dramaturgo, poeta, romancista, historiador e parlamentar (1842-1895). Desde as passagens que, antes, citei, e onde o vimos comparar a "loucura" de Dom Quixote com a de Dom Sebastião – uma "loucura" que crê na "honradez" e na "fé cavaleiresca" e que, por isso, faz perder reinos – até ao fim do longo prefácio não abandona já Pinheiro Chagas a identificação entre ambas as figuras. Vai chamá-los "loucos sublimes" –

⁶ Cito da 11ª edição, Lisboa, Guimaraes & C.a., Editores: 258.

"loucos sublimes" que "sonham". E opõe os "sonhos" destes "loucos" a outros que também chama de "sonhos" mas que considera, estes últimos, como sonhos de conquistas e de impérios: são os sonhos de figuras como as de Luis XIV, Felipe II e Isabel de Inglaterra. A oposição serve-lhe muito operativamente para marcar a especificidade dos seus "loucos sublimes" e para, de novo, e em definitivo, os juntar. É que o sonho destes, diz, "era positivamente um sonho de cavalaria andante".

A analogia – e com ela a apropriação – assenta, pois, nesse elemento matricial que é o elemento cavaleiresco. São "cavaleirescos" os "espíritos", as "loucuras", os "sonhos" – de Dom Quixote, de Cervantes e de Dom Sebastião. Enfim, Dom Quixote, e com ele Cervantes, são os últimos cavaleiros que tentam realizar os "sonhos da cavalaria andante". E Dom Sebastião, "Dom Sebastião sabemos o que era...um D. Quixote coroadado".

Finalmente, Pinheiro Chagas termina o seu Prefácio com o canónico comentário generalizante. E, como também seria previsível, o par é, agora, Cervantes-Camões, representantes, respectivamente, do "génio" espanhol e do "génio" português. De novo, o traço escolhido para a identificação é o "espírito cavaleiresco" que, segundo ele, ambos representaram, esse "espírito cavaleiresco", cito, "que foi, que há-de ser sempre a glória e ao mesmo tempo a perdição dos dous povos peninsulares" (p. XXXIII).

Já Almeida Garrett, antes e depois da vitória da revolução liberal, repetidamente se tinha apropriado das figuras cervantinas de Dom Quixote e Sancho para expressar o seu desencanto político e social. Agora, Pinheiro Chagas, recolhendo o traço cavaleiresco do imaginário português e enlaçando-o com outro igualmente importante – o messiânico – funde quixotismo e sebastianismo. No fim do século XIX, Oliveira Martins considerava o sebastianismo como um elemento primordial para a compreensão da História portuguesa. Sem alongar-me sobre a natureza e as características do sebastianismo, recordemos apenas que uma corrente deste tipo se incrementa sempre que uma situação de perigo nacional ou, simplesmente, o sentimento de decadência da pátria leva à invocação desse Messias tão desejado. E é, precisamente, segundo me foi dado observar, no fim do século XIX, onde convergem sentimentos de degradação da pátria e desencantos vários, que a figura mitificada de Dom Quixote aparece intercambiável com a de Dom Sebastião.

2. Guerra Junqueiro

O segundo texto deste *corpus* que agora quero destacar vamos encontrá-lo numa obra de Guerra Junqueiro, esse português grande amigo de Unamuno que, mais tarde, foi o representante português nas cerimónias oficiais que, em Espanha, por iniciativa de Mariano de Cavia, se celebraram para comemorar o tricentenário da publicação do *Quijote*.⁷

Guerra Junqueiro, como outros intelectuais do seu tempo, profundamente decepcionados com o regime monárquico em Portugal e com a situação de pobreza, de decadência, de desalento moral e psicológico que viam na nação portuguesa (e a situação humilhante que se sofria no contexto internacional) vive agudamente esse sentimento, e chega mesmo a propor uma "catástrofe salvadora" que resgate essa pátria moribunda. Os salvadores podem ser uma catástrofe ou um Messias. E Guerra Junqueiro vai concretizar esta ideia nesse impressionante poema dramático, alegórico-político, de fim de século – precisamente intitulado *Pátria*, de 1896.

Já na didascália da cena VI, a personagem matricial do *Doido*, cuja voz vem atemorizar o rei desta pátria moribunda – voz que repetidamente diz ter perdido a alma, o nome e a pátria e que simboliza esse Portugal morto em Alcácer Kibir – é descrito com as seguintes palavras: "enorme, cadavérico, envolto em farrapos, as longas barbas brancas flutuando. Numa das mãos o bordão. Na outra um velho livro em pedaços. Lembra um doido e um profeta, D. Quixote e o rei Lear". O livro, sabê-lo-emos pouco depois pelas passagens que dele se lêem, é *Os Lusíadas*, o que nos levará, em determinados momentos, a identificar o Doido com Camões. Mais tarde (cena VIII), será dito que *ele* escreveu esse livro, ainda que *ele* pode ser Camões ou Portugal. E a crítica viu no Doido a alma de Nuno Álvares Pereira, o herói de Aljubarrota que agora regressa para salvar Portugal, aqui claramente identificado com Dom Sebastião tal como o construiu o sebastianismo dentro duma visão messiânico-judaica.⁸

O Doido pode ser, ao mesmo tempo, Portugal, Camões, Nuno Álvares e Dom Sebastião. Não vi que a crítica tenha comentado ou sequer

⁷ Recolho esta informação em Ramiro de Maeztu, *Don Quijote, Don Juan y la Celestina*, quarta edição. Buenos Aires, Espasa-Calpe, 1943: 19.

⁸ Veja-se Teresa Pinto Coelho, "A república "romântica" de Junqueiro: uma breve (re)leitura da *Pátria*". *Revista da Biblioteca Nacional*, vol. 6 (1), Lisboa, 1991: 33-46.

assinalado a referência a Dom Quixote. Que viria fazer este fidalgo manchego num drama da alma da pátria portuguesa? O que vimos na apresentação do Doido foi compará-lo o autor a Dom Quixote, aqui paradigma do "doido". Mais de trinta anos antes já Camilo Castelo Branco se tinha dirigido a Dom Quixote chamando-lhe "doido sublime"⁹ e, depois, ouvimos Pinheiro Chagas chamar-lhe "louco sublime", exactamente antes de compará-lo com Dom Sebastião.

Mas o papel do "doido" cervantino não vai limitar-se a servir de termo de comparação com esta pátria portuguesa enlouquecida, enlouquecida de "miséria e de dor" "vai fazer três séculos", como diz o próprio Doido (cena VIII). Todos eles – Dom Sebastião, Camões, Dom Quixote – partilham a circunstância de ser "loucos" (de ter enlouquecido?) "vai fazer três séculos". Talvez por isso, Guerra Junqueiro lhe destina ao "doido" de Dom Quixote um papel mais importante que o de simples termo de comparação. No "balanço patriótico" do texto das "Anotações", veemente manifesto político que complementa a obra, texto onde o escritor apela a uma revolução que substitua a monarquia corrupta por uma república, depois de traçar o quadro negro de Portugal ("na opinião do mundo, já Portugal não existe"), termina:

Não há uma íntima e dolorosa afinidade entre a alma quebrantada dum povo, baldadamente, durante séculos, evocando un Messias, e a breve aparição dum redentor, miragem súbita, que mal se desenha se desfaz? [...]

Desiludido, assim o creio por vezes. Depois a um golpe de sol, o Quixote revive, exalto-me de novo, de novo espero... Florzinha azul, beijo de Deus, – divina Esperança...

Eis as últimas palavras destas "anotações" que "explicam" a *Pátria*. Dom Quixote, pois, chamado a salvar a pátria portuguesa, a pátria desse "povo messiânico, mas que não gera o Messias" que "não o pariu ainda", que "sonha a quimera, não a realiza" como também ali se diz.

Pinheiro Chagas tinha recorrido à sebastianização de Dom Quixote e à quixotização de Dom Sebastião para explicar a perda e a mutilação em tempos passados; Guerra Junqueiro "diviniza" Dom Quixote na mira de um futuro.

⁹ No seu livro *No Bom Jesus do Monte* (1864).

Até que ponto a voz de Guerra Junqueiro representa outras vozes, nesta apropriação político-messiânica da figura de Dom Quixote naquele fim de século?¹⁰

3. Carlos Selvagem

Este processo de "sebastianização" de Dom Quixote, ou de "quixotização" de Dom Sebastião – a "contaminação" dá-se, sem dúvida, em ambos os sentidos – vai prosseguir, sem solução de continuidade até, pelos menos, meados do nosso século. De Teixeira de Pascoaes a José Gomes Ferreira, encontramos mitologia sebastianista contaminada por mitemas quixotescos. E vice-versa. Dos documentos recolhidos a obra que, no plano literário e simbólico, de forma mais clara e total, vai elaborar aquela homologia, é uma peça de teatro de Carlos Selvagem, que se representou no Teatro Nacional, com os maiores actores do teatro português, em Janeiro de 1944 ¹¹: *Dulcineia ou a Última aventura de Dom Quixote*.

As intenções políticas e sociais do dramaturgo ficam já bem claras no texto que privilegiou, destacando-o em epígrafe: uma passagem da obra de Cervantes, tirada do famoso episódio dos "galeotes" (I,22): "Porque me parece duro caso -añadió Don Quijote – hacer esclavos a los que Dios y naturaleza hizo libres [...]".

No desenvolvimento literário da peça, um Dom Quixote repetidamente chamado de Encoberto, esperado como libertador de oprimidos, anunciado nos romances de um poeta cego, Bandurra, e destinado a restabelecer a justiça social, será traído pelos que o usaram e fracassará na missão que dele se esperava. Mas o povo há-de aclamá-lo; misturado com Dom Sebastião, já não é cavaleiro andante nem rei. A mistura converte-os numa figura que se eleva de ambos e que é a de um messias. Graças a essa conversão, o castelhano, o "estrangeiro", sai das terras da Mancha para estar ali onde se necessite um Salvador ou a esperança dele.¹²

¹⁰ Contemporâneo da *Pátria* encontramos um periódico quinzenal, editado em Lisboa, com direcção artística de Leal da Câmara, intitulado *Dom Quixote*, cujo editorial de abertura proporciona igualmente dados significativos (21 de Junho de 1896).

¹¹ Carlos Selvagem, *Dulcinéa ou a última aventura de Dom Quixote. Farsa heróica em 5 jornadas com 2 quadros e prólogo*. Lisboa, Editorial Avis, 1943.

¹² No fim da obra, aos que lhe querem tirar o Desejado, pretextando a sua estrangeiria – os que antes o usaram e agora assumiram o poder – o povo responde: "A pátria de D. Quixote é sempre onde ele estiver!"

A espera no horizonte – entre a expectativa e o nevoeiro

Comecei perguntando-me como, por quê, para quê? este processo português do que chamo a sebastianização de Dom Quixote e que, como também vimos, é nalguns momentos uma quixotização de Dom Sebastião.

Caberia perguntar se esta apropriação político-messiânica da figura de Dom Quixote é potenciada pelo texto de Cervantes ou se se trata radicalmente de um "efeito de recepção" ou de "concretização" por parte de um grupo de leitores, uma concretização definitivamente determinada pela situação histórico-política e psicológico-social daqueles leitores.

Esta última opção subentende, é obvio, um conceito de texto literário de tal forma aberto que legitime a sua apropriação em vista de disposições históricas, sociais, literário-estéticas, ideológicas e pessoais da instância de recepção, na linha do que Jauss (1970), seguindo Gadamer, chama prudentemente o "potencial do sentido disposto na obra". Para melhor avaliar a questão, há-de ter-se em conta dois tipos de factores:

1) por um lado, a fundamental mudança de "horizonte de expectativa", em relação ao Dom Quixote, criada pelas interpretações românticas tanto no campo literário como no ideológico e filosófico;

3) por outro, a especificidade de um "horizonte de expectativa" – a que talvez caiba chamar-se "nacional" –; assim, neste modo de apropriação de Dom Quixote em Portugal, a identificação operada entre uma figura histórica portuguesa – D. Sebastião – e a figura literária criada por Cervantes – vê-se claramente determinada pela comum filiação cavaleiresca de ambas as figuras e pela situação histórica (em sentido lato, o "ser") da instância receptora e apropriadora.

O interesse do processo é, sem dúvida, no campo da Literatura Comparada e da História Literária, do domínio teórico. E aqui, pacificamente integrável, creio, no campo dos estudos das chamadas "relações internacionais". Mas, como portuguesa, devo confessar que a esse interesse teórico se sobrepõe outro para o qual Claudio Guillén, tratando precisamente das ditas "relações internacionais", chama a atenção com palavras que traduzo: "o seu interesse humano, complexo, vivo, até doloroso, para mais de um país e de uma época" (1985:307).

Labirintos da Identidade

Doloroso, sublinho, e complexo, na verdade, para esta portuguesa ver como ainda neste meu tempo, um povo, na voz de alguns dos seus escritores, clama por um Messias que lhes venha acudir à pátria coitada; doloroso e complexo, este comovedor e mesmo patético processo de messianização de Dom Quixote por parte de um povo à procura de um salvador para uma pátria ainda não "cumprida", para um Portugal em tempos de "nevoeiro", em palavras de um Fernando Pessoa sebastianista.

Complexo, mas, afinal, não doloroso ver como este Messias pode encarnar numa figura que funde a de um rei português desaparecido há quatro séculos – por sinal, filho de uma espanhola – com a de outro visionário, também de tempo longínquo. Talvez, quem sabe, o tal jausiano "potencial de sentido disposto na obra" – aqui o texto cervantino – enlaçando numa meada cujos fios se perdem, e se encontram, em longínquas origens comuns e percursos históricos e culturais, ao longo dos tempos, tantas vezes paralelos.